

O CASO DO PRÉMIO DE NOVELÍSTICA A REPERCUSSÃO NA PROVÍNCIA DE ANGOLA DA DECISÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LUANDA, 22. — Foi com um sentimento de vibrante satisfação que a opinião pública de Angola tomou conhecimento, de manhã, através da leitura dos matutinos, da decisão do ministro da Educação Nacional de extinguir a Sociedade de Escritores, dita portuguesa, cuja atitude, no caso da atribuição do Prémio de Novelística ao terrorista Mateus Graça, provocou em Angola a mais viva repulsa.

Durante o dia afluíram às redacções, sobretudo às do «Diário de Luanda» e de «O Comércio», numerosos telegramas de toda a província, de pessoas dos mais variados sectores do pensamento, da cultura e das etnias, mas todas sentindo do mesmo modo o insulto cometido contra a cultura nacional, pois a obra premiada, além do sentido claramente comunitarista exposto através da conhecida tese da revolta social das classes menos protegidas, constitui um verdadeiro atentado contra a língua portuguesa, que é acintosamente conspurcada e deformada.

Não obstante, foi publicamente apresentada por pretensos críticos, claramente filocomunistas, como marcando o nascimento de uma nova língua.

Um grupo de homens de letras, residentes ou nascidos em Angola, entre os quais alguns nomes de prestígio dentro e fora do País, galardoados com prémios literários provinciais, nacionais e estrangeiros, manifestaram já, junto das entidades competentes, a sua repulsa, que vão transmitir ao Governo numa mensagem telegráfica.

Vigoroso artigo de «O Comércio», de Luanda, acusando os responsáveis pela atribuição do prémio

As repercussões da oportuna medida governamental começaram já a surgir. Com grande destaque, o jornal «O Comércio» escreve:

«Houve manobra. Tudo denuncia a sua existência. Mas falhou. Pois que tinha na base uma deformação cavilosa, tão evidente que contra ela se manifestaram intelectuais de reconhecida posição anti-situacionista, mas realmente portugueses acima de tudo.

E' de admitir que o verdadeiro protagonista não seja José Vieira Mateus da Graça. O protagonista é, tanto quanto se supõe, o «juri» — estranho juri nomeado pela Sociedade Portuguesa de Escritores em que parece terem assentado arraiais sombrios elementos dispostos a ferir tanto quanto possível a cultura portuguesa, e através dela a causa da sobrevivência nacional, pela qual se trabalha, se luta, se sofre e se morre em Angola. A triste personagem condenada por delitos confessados apenas serviu talvez de pedra, de simples peão do xadrez de sectários, que não recuam diante de nenhum processo para expandir o seu ranço e, no fundo, a sua traição em potencial. Lentamente, a pedra foi movida no plano singelamente regional para aparecer em plano nacional. Uma vez aí, tratou-se de a lançar numa jogada que tinha o fim de criar, lá fora, atmosfera propícia a mais campanhas antiportuguesas.

Pode o presidente da extinta Sociedade de Escritores (que se dizia portuguesa) alegar desconhecimento da verdadeira identidade do autor da brochura apresentada ao precário juri. Não iríamos ao ponto de desmentir um homem que, por sua posição de professor catedrático — com graves e pesados deveres — tem de manter o culto da verdade, seja ela qual for, e por mais que lhe provoque sabor a cinza... No entanto, não podemos de parte a hipótese de existir ao seu redor, neste caso, uma teia perversamente emaranhada, para se atingir um objectivo criminoso e poder, no fim, lavar as mãos, declinar as responsabilidades e formular hipócritas desculpas...»

A Sociedade — forja de cúmplices de traidores à Pátria, em convivência para alimentar no estrangeiro a sórdida campanha contra Portugal

«Os dirigentes da Sociedade foram ludibriados? — prossegue o articulista — Poderíamos supô-lo ante a rápida série de demissões, de um vogal da direcção e do próprio presidente da assembleia geral. E não parece que tenham outro significado — além do natural protesto e da irreprimível repulsa — as outras exonerações que se seguiram. Desta forma, a Sociedade de Escritores (dita portuguesa) estava num perigo sério, apontada pela opinião pública nacional como forja de cúmplices, explícitos ou implícitos, de traidores à Pátria, em convivência directa, ou indirecta, num intuito para alimentar lá fora a sórdida campanha contra Portugal.

Se explorarem o argumento da ignorância e da inconsciência, apenas teremos de retorquir: Quem padece de tal ignorância e de tamanha irresponsabilidade não pode ocupar posições de tanto melindre,

não tem categoria representativa, não deve estar em posições chave. O juri, eis o protagonista central desta peça triste, mal montada, embora arteiramente congemina. A questão poderia ficar por aqui, se não tivesse, como tem, implicações que transcendem os indivíduos.

A afronta foi cometida. O facto foi praticado. O intuito está diante dos olhos de quem queira vê-lo. Não há expedientes suficientemente ardilosos que possam mascarar o que tão rápida e gritantemente se recebeu. A Fundação Gulbenkian, a todos os títulos respeitável, já tomou atitude. Não apenas a de lavar as mãos, o que seria plausível e simples. Val mais longe, denunciando que tomara medidas para, de futuro, evitar que os seus dinheiros sirvam para desvios... E a Fundação tem motivos, já averiguados de certo, para vir a público fazer esta afirmação. Até por esse lado — se mais arestas não houvesse — a Sociedade de Escritores, portuguesa ao que se dizia, estava em causa de maneira afiliva. De qualquer modo, tem de prestar contas. E desde já se observa que elas não são apresentáveis sem apresentar desvio quanto ao espírito do patrocínio concedido pela Fundação Gulbenkian. A gravidade deste facto não pode ser dissimulada.

O Governo, pelo Ministério da Educação, deliberou, e aplicou a deliberação. Aguardemos agora o resto, porque tem de haver, necessariamente um resto: A pública e completa desafrenta devida não apenas a nós, os de Angola, civis e militares, mas a todos os portugueses dignos da sua condição. Quantos aos mabecos da estranja — que já ergulam ulvos ante a falsa carnícia que os seus cúmplices lhe serviram — têm de reconhecer que, mais uma vez, usaram a Lua... Podem estar certos — eles e os seus lacaios (porque os há) — de que nós em Angola sabemos como domar animais dessa espécie. Já o demonstramos. Voltaremos a demonstrá-lo se necessário. — (ANI e L.).

Os intelectuais de Angola dirigiram um telegrama ao Presidente do Conselho, de apoio ao Governo pela extinção da Sociedade de Escritores

LUANDA, 22. — Foi enviado ao Presidente do Conselho o seguinte telegrama:

«Um grupo de homens de letras de Angola, galardoados com prémios literários provinciais, nacionais ou estrangeiros, apoiam calorosamente a atitude do Governo extinguindo a Sociedade de Escritores, dita portuguesa, como responsável por grave afronta cometida contra a cultura portuguesa, atribuindo o Prémio de Novelística a uma obra que consideram absolutamente inferior, tanto na sua temática, como na esabulação. Além disso, ultraja deliberadamente o sagrado património da língua portuguesa, não se podendo igualmente esquecer as visíveis intenções políticas da sobredita obra, cujo autor foi condenado por graves responsabilidades do terrorismo que, desde 1961, ensanguenta Angola, enlutando tantas famílias portuguesas, respeitosos cumprimentos. Oscar Ribas, Reis Ventura, Gabriel de Altamira, Agnelo de Oliveira, Alfredo Diogo Junior, Mesquita Lima, Martinho de Castro, António Pires, Almeida Santos, Lagrifa Fernandes, Mário Milheiros, Mário Mota, Horácio Silva e Ferreira da Costa. — (L.).

Reacção dos jornais de Lourenço Marques

LOURENÇO MARQUES, 22. — O caso da Sociedade Portuguesa de Escritores foi hoje referido na imprensa desta cidade. O «Diários», em nota da Redacção, pediu que se investigue se há alguém na Sociedade de Escritores que deva ir fa-

zer companhia ao escritor Mateus Graça. E afirma:

«Dizemos isto, em memória dos portugueses assassinados nas mais horríveis condições; dizemo-lo, em nome dos portugueses que cá e lá continuam todos os dias o combate instigado por toda a espécie de Mateus de dentro e de fora. Impõe-se às autoridades um rigoroso inquérito sobre o lamentável caso, porque é também benevolência e brandura de tratamento certas atitudes ditas sintelectuais, em que se gera o vírus causador do pesado tributo de sangue e vidas que pagaram e estão pagando muitos dos nossos irmãos.

«O Notícias», sob o título «Lamentável e infeliz», teve considerações sobre o assunto e escreve, a certa altura.

«Estranhámos que um terrorista português, cumprindo pena de prisão, tivesse sido possível apresentar-se a um concurso literário de projecção e nível nacionais como aquele. Ai, unicamente ai, é que nos parece estar a raiz do problema. Quanto ao resto, com toda a especulação justa e injusta que a sua volta se faça, todas as explicações e justificações que a propósito surjam, jamais esquecerá o incidente profundamente infeliz, profunda e lamentavelmente infeliz. — (ANI).

As demissões apresentadas por membros da Sociedade de Escritores

Ao sr. ministro da Educação Nacional foi enviado o seguinte telegrama:

«Venho avisar V. Ex.ª de que pedi ontem à Emissora Nacional que cesse a notícia da minha demissão da Sociedade Portuguesa de Escritores, notícia que de facto não foi dada. — Artur Lambert da Fonseca.»

Mantém-se o movimento de protesto pela decisão tomada pelo juri responsável pela atribuição do prémio

Na Presidência do Conselho e nos gabinetes dos srs. ministros do Ultramar, do Exército e da Educação Nacional continuaram a ser recebidos ontem numerosos telegramas e outras missivas de protesto pela decisão do juri da Sociedade Portuguesa de Escritores de atribuir o prémio de literatura novelística a um indivíduo condenado criminalmente a catorze anos de prisão maior por actividades de terrorismo na província de Angola.

De entre os referidos telegramas, salientamos o seguinte:

«O Instituto de Angola, reunido em sessão extraordinária da sua direcção tendo tido o mado conhecimento de que a Sociedade Portuguesa de Escritores resolveu galardoar uma obra publicada por um criminoso condenado a catorze anos de prisão, de nome José Vieira Mateus Graça, autor de actividades terroristas que tantos milhares de vítimas causaram à Nação, protesta com a maior indignação contra a leviandade com que aquele organismo procedeu premiando um indivíduo que não passa de ruim traidor à Pátria e que indignamente correspondeu à instrução e evolução que Angola lhe facultou.»

Dos muitos telegramas ainda chegados ontem ao gabinete do sr. ministro do Exército deve acentuar-se o facto de advirem, na quase totalidade, de elementos militares que estiveram a cumprir serviço em defesa da Pátria nas províncias de Angola e da Guiné e que, combatendo assim no campo de batalha, pelas armas, os inimigos de Portugal, não puderam deixar de exprimir a sua repulsa pela decisão de distinguir de qualquer modo e seja a que título for quem mereceu condenação, exactamente por ter pactuado com esses inimigos do País e criminosos que deram morte horrível a muitas centenas de compatriotas indefesos.

Telegrama do ministro do Interior ao seu colega da Educação

Da Régua, o sr. dr. Santos Junior, ministro do Interior, enviou ao seu colega da Educação Nacional o seguinte telegrama:

«Com minha inteira solidariedade firme decisão tomada, felicito V. Ex.ª despacho publicado manifestando repulsa triste atitude Sociedade de Escritores.»

Remetido para a folha oficial o despacho do ministro da Educação Nacional

O despacho do titular da pasta da Educação Nacional, a determinar a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, foi remetido para a Imprensa Nacional, para publicação no «Diário do Governo», em correspondência com a norma legal de aprovação, em Setembro de 1956 dos estatutos da referida Sociedade. Entretanto, a letra do mesmo despacho foi transmitida pelo gabinete à Inspeção do Ensino Particular, departamento ao qual competem os assuntos respeitantes a associações culturais particulares, para ser comunicado aos corpos gerentes da instituição.